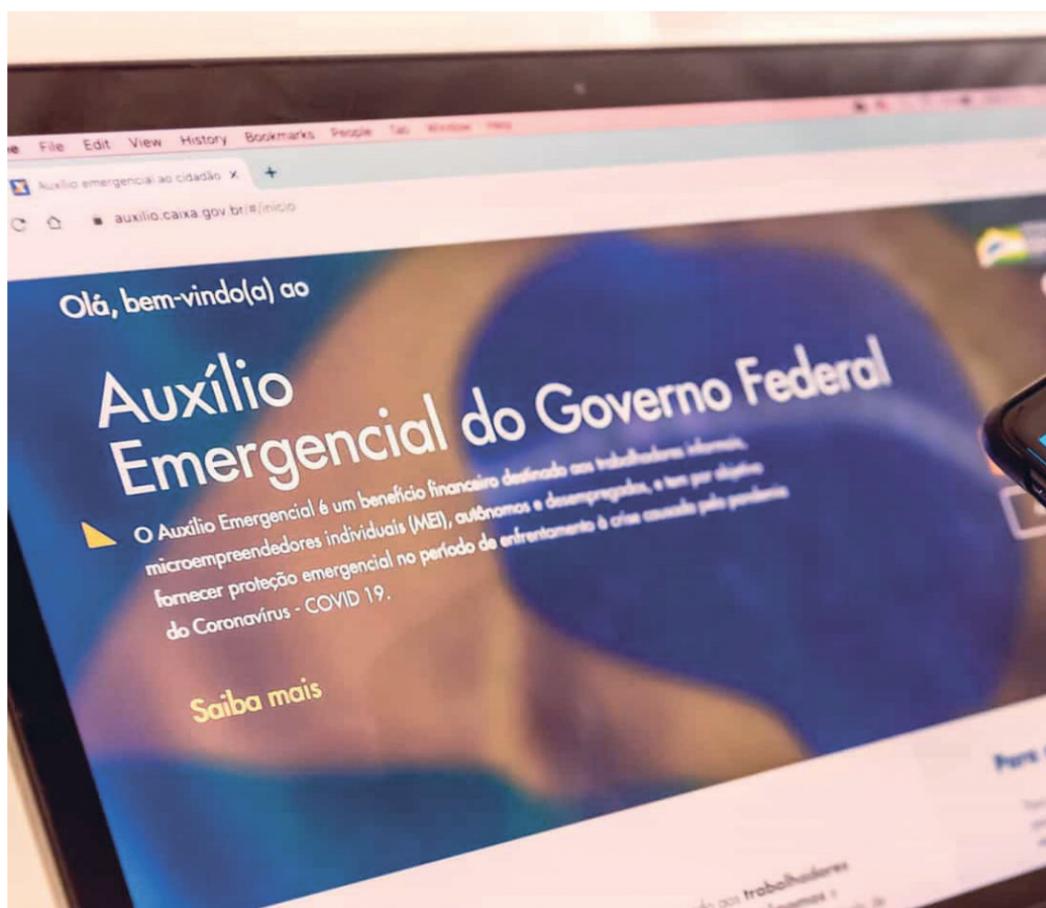


Dólar, risco-país e juros futuros sobem após Bolsonaro falar sobre prorrogação do auxílio



Vários indicadores do mercado financeiro refletem, nesta terça-feira (9), um descontentamento com a provável volta do auxílio emergencial sem que se tenha uma definição sobre as fontes de recursos para o benefício. Dólar, risco-país e juros futuros operam em alta após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) dizer, nesta segunda (8), que deve prorrogar o auxílio emergencial.

No domingo (7), o jornal Folha de S.Paulo revelou que o Ministério da Economia prepara uma proposta que libera três parcelas de R\$ 200, com foco nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família.

Nesta terça, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que

há muito pouco ou nenhum espaço para o auxílio sem algum tipo de contrapartida por causa da deterioração do quadro fiscal do país.

“Dólar e taxas longas de juros ficam pressionados por conta do temor advindo do debate sobre o retorno do auxílio. As contrapartidas desse novo auxílio ainda não foram apresentadas”, diz Simone Passianotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

O dólar chegou a subir para R\$ 5,4470, mas reduziu ganhos após leilão de 20 mil contratos de swap cambial (US\$ 1 bilhão) feito pelo Banco Central. Às 16h40, a moeda americana se valoriza 0,13%, a R\$ 5,3790.

Esta foi a maior oferta de liquidez feita pelo BC em nove meses, feita em dois leilões. No primeiro, anun-

ciado 14h11, foram vendidos 14.300 contratos de uma oferta de até 20 mil contratos.

O BC, então, anunciou às 14h57 a segunda operação do dia, disponibilizando os demais 5.700 contratos, que posteriormente foram colocados integralmente no mercado.

Uma oferta líquida de swaps cambiais tradicionais não era feita desde 11 de janeiro, quando o BC leiloou 10 mil contratos (US\$ 500 milhões).

O primeiro leilão de swap desta terça, com lote de 20 mil papéis, foi o maior desde 14 de maio do ano passado, quando o BC disponibilizou a mesma quantia de contratos, num período em que o mercado ainda tentava se estabilizar após o choque em março decorrente da pandemia.

Júlia Moura/Folhapress

Economia



Guedes planeja dar 50% de fundos a estados para tentar destravar reforma tributária

Página - 03

Inflação desacelera em janeiro com taxa de 0,25%, diz IBGE

Página - 03

Indústria



Indústria reforça urgência das reformas tributária e administrativa

Página - 05

Fusões & Aquisições



Raízen adquire Biosev e amplia domínio em açúcar e etanol

Página - 06

No Mundo

Primeiras ações de Biden sobre Amazônia não devem envolver sanções ao Brasil



As primeiras ações do governo Joe Biden em relação à proteção da Amazônia serão tratadas com diálogo e não devem envolver sanções contra o Brasil.

Apesar da pressão da ala progressista do Partido Democrata e de ativistas que pedem medidas punitivas contra a gestão de Jair Bolsonaro, a ordem na Casa Branca é apostar em um plano colaborativo para a preservação da floresta, antes de aplicar qualquer punição ao país.

A orientação de Biden é que o Tesouro americano, junto com o Departamento de Estado e as agências para desenvolvimento e cooperação

internacional -nas siglas em inglês, USAID e DFC- desenvolvam um programa para a proteção da Amazônia, em parceria com o governo brasileiro e demais países interessados.

Os auxiliares de Biden reconhecem que Bolsonaro diverge do democrata em muitos assuntos, principalmente sobre meio ambiente e direitos humanos, mas acreditam que o histórico da relação bilateral em outras áreas, como defesa e comércio, pode pavimentar o caminho para um possível entendimento.

“Na relação bilateral entre Brasil e EUA a diplomacia estará à frente para qualquer tema, incluindo a questão cli-

mática”, afirma Kristina Rosales, porta-voz do Departamento de Estado americano.

“Vai haver possibilidade de interagir com o presidente Bolsonaro e sua equipe para tratar desse desafio global e, dessa forma, incluir o conceito de diálogo para tratar problemas. Esse problema não é só do Brasil ou dos EUA, é algo que o governo Biden vai tratar como cooperação global. Vai ser um trabalho em equipe.”

Nas negociações, o time de Biden pretende sinalizar as preocupações do governo americano em relação aos gargalos do Brasil e não descartar medidas mais assertivas no futuro.

Marina Dias/Folhapress

OMC fará reunião para decidir novo diretor-geral em 15 de fevereiro

A Organização Mundial do Comércio disse nesta terça-feira (9) que seu principal órgão de tomada de decisões, o Conselho Geral, irá se reunir em 15 de fevereiro para decidir sobre o próximo diretor-geral.

Ngozi Okonjo-Iweala, da Nigéria, é a escolha mais provável para preencher um vazio de liderança de meses no órgão de fiscalização do comércio global, depois que o governo dos Estados Unidos reverteu sua oposição à candidata na semana passada. Se confirmada por consenso, ela será a primeira mulher e a primeira africana a chefiar a OMC.

O órgão de 164 membros está sem líder desde que Roberto Azevêdo deixou o cargo, um ano antes do fim de seu mandato, em agosto. Os defensores de Okonjo-Iweala esperam que ela possa revigorar a instituição, que está enfrentando a maior crise de seus 26 anos de história, com membros incapazes de chegar a acordos sobre pactos comerciais e um programa de reforma.

O governo norte-americano de Donald Trump criticou a OMC e paralisou algumas de suas funções, incluindo as de seu principal órgão de apelação, que resolve disputas comerciais.

Reuters/ABR



OMS diz que não há evidência de que mercado de Wuhan foi epicentro da pandemia



Não há informação suficiente para estabelecer que o epicentro da pandemia de Covid-19 tenha sido o mercado de frutos do mar de Huanan, local do primeiro grupo conhecido de infecções na cidade chinesa de Wuhan, afirmou nesta terça (9) a comissão comandada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para pesquisar a origem do Sars-Cov-2.

A equipe chegou em 14 de janeiro à cidade de Wuhan, onde o coronavírus foi identificado pela primeira vez, no final de 2019 e, depois de duas semanas de quarentena,

visitou o mercado de Huanan, entre outros locais, e reuniu-se com especialistas do Instituto de Virologia de Wuhan, que pesquisa o novo coronavírus.

De acordo com Ben Embarek, especialista em segurança alimentar e doenças animais da OMS e presidente da equipe de investigação, os resultados trouxeram mais detalhes sobre a origem da pandemia, mas “não mudaram substancialmente as hipóteses originais”.

Ele afirmou que foram investigadas quatro hipóteses para a origem da pandemia, entre elas a de que o vírus tivesse “vazado” de um labo-

ratório, mas a conclusão foi que isso é “extremamente improvável”. As outras três possibilidades, que ainda exigem mais pesquisa, são 1) a transmissão direta de uma espécie animal silvestre para um humano; 2) a introdução do vírus em uma espécie intermediária, mais próxima dos humanos, no qual o patógeno circulou antes de ser transmitido aos homens e 3) a presença do patógeno em alimentos, principalmente congelados.

A equipe tentou especificar um hospedeiro animal original para o coronavírus, mas não encontrou evidências definitivas.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Guedes planeja dar 50% de fundos a estados para tentar destravar reforma tributária



A equipe econômica elaborou uma proposta que entrega 50% dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional, inclusive constitucionais, a estados e municípios.

O plano é compensar governadores e prefeituras por eventuais perdas na reforma tributária, após uma alternativa anterior ter travado as discussões no Congresso.

A equipe econômica, de acordo com membros ouvidos pela reportagem, analisa o plano como contraproposta à ideia discutida no Congresso de criar um novo fundo para compensar os estados -algo a que o ministro Paulo Guedes (Economia) se opõe de maneira contundente.

O impasse havia inten-

sificado o imbróglio nas discussões sobre a reforma tributária, que já passavam por dificuldades por causa de problemas como a disputa por protagonismo e outras discordâncias entre governo, Câmara e Senado.

Na semana passada, os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), definiram um cronograma para a reforma, que, segundo eles, deve ser analisada pelo Congresso até outubro.

As mudanças que vêm demandando discussões sobre um novo fundo estão nas PECs (propostas de emenda à Constituição) 45 e 110, de autoria do Congresso, que incluem o ICMS (um imposto estadual) em uma fusão de

tributos que criaria o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Por ver complexidade na tarefa de unir tributos federais e regionais, Guedes prefere que as mudanças comecem apenas com seu projeto de lei que cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), resultado da união dos federais PIS e Cofins.

O argumento dos governadores pela criação do fundo é que o fim do ICMS (imposto estadual) previsto nas PECs vai acabar com a guerra fiscal e impedir alíquotas menores como forma de atrair empresas a regiões menos desenvolvidas. Por isso, seriam necessários novos recursos para políticas de desenvolvimento regional e para estimular importações.

Thiago Resende/Folhapress

Pagamentos com cartões movimentam R\$ 2 trilhões em 2020, diz Abecs



Os pagamentos feitos pelos brasileiros com cartões de crédito, débito e pré-pagos chegaram aos R\$ 2 trilhões em 2020, o que corresponde a um crescimento de 8,2% na comparação com o ano anterior, segundo balanço divulgado hoje (9) pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

Entre as modalidades de pagamento, o uso do cartão de débito teve desempenho acima da média em 2020, chegando a R\$ 762,4 bilhões, com crescimento de 14,8%. O cartão de crédito registrou R\$ 1,18 trilhão em transa-

Inflação desacelera em janeiro com taxa de 0,25%, diz IBGE

A taxa de inflação em janeiro foi de 0,25%, divulgou nesta terça (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O dado representa uma desaceleração em relação às elevações observadas nos meses anteriores e que colocaram o mercado em alerta.

O freio na escalada da taxa veio sobretudo da energia elétrica, que registrou queda de 5,6% em janeiro com a entrada em vigor da bandeira tarifária amarela. Em dezembro, quando a bandeira tarifária estava vermelha, o item havia subido 1,35%.

Dessa forma, em janeiro o consumidor passou a pagar menos por eletricidade: um adicional de R\$ 1,343 por 100 quilowatts-hora, enquanto no mês anterior esse acréscimo era de R\$ 6,243.

Pedro Kislanov, gerente da pesquisa do IBGE, explicou

que a mudança tarifária provocou uma deflação de 1,07% no grupo habitação, que contém o item energia elétrica.

“Isso aconteceu mesmo com a alta em outros componentes, como o gás encanado (0,22%) e a taxa de água e esgoto (0,19%)”, afirmou Kislanov.

O grupo de alimentos, por outro lado, continua o principal responsável pela alta de preços, mas com menor intensidade em janeiro do que o registrado no segundo semestre de 2020.

O grupo alimentação em bebida registrou alta de 1,02% no mês. A influência foi bem menor do que em dezembro (1,74%), o que indica também uma desaceleração dos preços nesse grupo, que vinham sendo pressionados pela alta demanda provocada pelo auxílio emergencial.

Diego Garcia/Folhapress



Thiago Resende/Folhapress

ções, com alta de 2,6%. Já o cartão pré-pago movimentou R\$ 45,3 bilhões e cresceu 107,4% no ano passado.

Para a entidade, apesar da pandemia da covid-19 e de seus efeitos para o país, o resultado superou as expectativas de desempenho do setor, mostrando forte recuperação no segundo semestre.

“Tivemos um ano atípico, como a maioria dos segmentos, mas conseguimos encerrar o período com alta de mais de 8%. Apesar dos desafios, o setor mostrou sua capacidade de inovação e inclusão, ajudando consumidores e lojistas a viabilizarem suas transações com a conveniência

e a segurança dos pagamentos digitais, via e-commerce, carteiras digitais, aplicativos, transações sem contato, entre outras modalidades”, analisou o presidente da Abecs, Pedro Coutinho.

O balanço mostrou que ao todo foram feitas 23,3 bilhões de pagamentos com cartões ao longo do ano, 3,6% a mais do que no ano anterior. Os gastos de brasileiros no exterior caíram 60% e registraram o menor resultado em 16 anos, de US\$ 3,46 bilhões (R\$ 16,8 bilhões). Já as compras feitas por estrangeiros no Brasil caíram 48,3%, somando US\$ 2,16 bilhões (R\$ 10,6 bilhões).

Flávia Albuquerque/ABR

Política

Plano de Doria para unir PSDB contra Bolsonaro abre crise no partido



O movimento do governador de São Paulo, João Doria, para unificar o PSDB em torno de um projeto de oposição ao Jair Bolsonaro abriu uma crise no partido e deverá antecipar o debate sobre a candidatura presidencial de 2022.

Doria trabalha para ser o presidenciável da sigla, o que desagradou adversários internos, e criticou a aproximação de parte da bancada tucana da Câmara do Planalto, que apoiou o candidato de Bolsonaro na eleição para a chefia da Casa.

Em um tenso jantar com integrantes da cúpula do partido no Palácio dos Bandeirantes, aliados de Doria apresentaram um plano para que

ele assumisse a presidência tucana em maio.

Com isso, poderia controlar a sigla no ano que antecede a campanha eleitoral, inclusive a divisão de verbas para candidaturas estaduais.

A proposta foi apresentada por alguns dos aliados presentes, como o secretário Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional, que também é presidente do PSDB-SP) e o presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris.

Na mesa estava Bruno Araújo, atual presidente da sigla, que não sabia da ideia e contava com uma prorrogação por mais um ano de seu mandato. O governador não se manifestou.

O ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira afirmou que

Doria caminharia para uma derrota certa se insistisse no plano. Com pouco peso decisivo no partido, ele chegou a cogitar faltar ao encontro, mas acabou sendo o único representante da velha guarda do partido presente.

Patrono do grupo e dono de voz influente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não apareceu e marcou uma reunião com Doria para esta quinta-feira (11).

Falou contra a ideia o líder do PSDB na Câmara, Rodrigo de Castro (MG), aliado do deputado Aécio Neves (MG), apontado por Doria como o responsável pelo racha na eleição para o comando da Câmara, na semana passada.

Igor Gielow/Folhapress

Justiça nega pedido de indenização de R\$ 50 mil de Ciro Gomes a Fernando Holiday



A Justiça de SP negou pedido de indenização de R\$ 50 mil por danos morais feito por Ciro Gomes (PDT) contra o vereador paulistano Fernando Holiday (Patriota).

O candidato à presidência em 2018 processou o parlamentar paulistano por causa de um vídeo no qual o ex-integrante do MBL (Movimento Brasil Livre) o chamou de “coronel” e “coronelista”.

A fala foi feita por Holiday em conteúdo publicado em janeiro de 2020 com o título “Hilux penhorada: e agora Ciro Gomes?”, no qual o vereador fazia referência à penhora do veículo pertencente a Ciro em processo judicial.

Gomes alega em sua defesa que os termos trazem

Bolsonaro exclui Mourão de reunião ministerial

Em mais um episódio de desgaste, o presidente Jair Bolsonaro promoveu nesta terça-feira (9) uma reunião ministerial no Palácio do Planalto sem a presença do vice-presidente, o general Hamilton Mourão.

O encontro, que não foi incluído inicialmente na agenda oficial da Presidência, reuniu 22 dos 23 ministros do governo. O único ausente foi o titular das Comunicações, Fábio Faria, que está em agenda no exterior.

Segundo assessores palacianos, Bolsonaro avisou do encontro de maneira individual a cada uma das pastas, evitando assim convocar uma reunião do conselho de governo, justamente para não precisar convidar Mourão.

O vice-presidente faz parte do colegiado consultivo e costuma participar dos encontros. Recentemente, ele ficou ausente quando estava em recuperação após ter sido con-

taminado pelo coronavírus.

Além da desconfiança que Bolsonaro tem de Mourão, o presidente já disse acreditar a integrantes da equipe ministerial que o militar vaza para a imprensa informações discutidas durante esses encontros.

Procurado, o vice-presidente confirmou que não foi convidado para a reunião e disse que Bolsonaro deve ter julgado “desnecessária” a presença dele.

“Não fui convidado, não foi chamado. Então, acredito que o presidente julgou que era desnecessária a minha presença. Só isso. Não estou incomodado, não”, disse.

Um dia antes, em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro foi questionado sobre a relação com o vice-presidente. De maneira lacônica, ele disse que “está tudo bem” com Mourão e comparou o seu relacionamento com o general ao de um genro com sua sogra.

Gustavo Uribe/Folhapress



carga ofensiva e acusatória.

Para a juíza Juliana Pitelli da Guia, porém, na fala do vereador “não houve a transposição do limite da crítica – assim considerada dentro do contexto do debate político”. O pedetista pode recorrer.

“Ainda que, para o autor, a conduta do réu pareça provocativa e voltada a prejudicá-lo, não ultrapassou o limite da liberdade de expressão, considerado no contexto em tela, em que se tem dois políticos que se opõem”, argumenta a magistrada da 39ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de SP.

“O autor tampouco logrou êxito em demonstrar que as expressões utilizadas pelo réu teriam lhe causado sofrimento capaz de justificar a

reparação pecuniária pretendida”, segue Pitelli da Guia.

“Noto que, como bem apontado pelo réu em contestação e evidenciado pelos documentos a esta acostados, esta não foi a primeira vez em que os termos ‘coronelista’ e ‘coronel’ foram utilizados para se referir ao requerente dentro do cenário político nacional, sem que se tenha notícia, pelas provas juntadas no processo, de que o autor tenha sofrido qualquer abalo em sua honra e imagem nas ocasiões anteriores em que tais termos foram empregados para a ele fazer alusão ou, até mesmo, que o tenha ajuizado ação contra os demais indivíduos que se referiram a ele desta forma.”

Mônica Bergamo/Folhapress

Indústria reforça urgência das reformas tributária e administrativa



Em meio ao debate sobre as medidas necessárias para o Brasil enfrentar a pandemia do novo coronavírus e voltar a crescer, representantes do setor produtivo participaram da abertura do seminário ReIndústria, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Destaque para a urgência das reformas tributária e administrativa, da aprovação dos novos marcos ferroviário, do setor elétrico e da nova lei do gás. Os debates serão realizados até quarta-feira (3) e vão definir a Agenda Legislativa da Indústria a ser apresentada para o Congresso Nacional em março.

O ex-senador e ex-presidente da CNI, Armando Monteiro, definiu a Agenda Legislativa da Indústria como um exercício maduro do diálogo entre o setor produtivo e o Congresso Nacional. “Essa

não é uma agenda corporativa. É uma agenda de desenvolvimento do Brasil”, comentou Armando Monteiro.

Ele destacou a importância de o país ampliar o esforço para promover a vacinação de uma parcela representativa da população para retomar o crescimento. Armando Monteiro defende que as reformas tributária e administrativa caminhem juntas como prioridades para, por um lado, reduzir os gastos da máquina pública e, de outro, atrair mais investimentos para o Brasil.

“Não podemos demonizar o servidor público. Ao contrário, é preciso valorizar o servidor competente, criar um regime jurídico novo, eliminar privilégios, criar instrumentos de avaliação de desempenho e restringir o mecanismo da estabilidade. O estado deve ser um organismo que promove a distribuição

de renda, não concentra. Para ampliarmos os programas sociais para quem mais precisa sem desequilibrar as contas públicas, temos de conter os gastos com o funcionalismo”, comentou.

Desde 2015, quando o Brasil começou o processo de ajuste fiscal, as despesas do governo federal caíram 1,1% e as despesas com o pessoal cresceram 8% em termo real.

Além das reformas administrativa e tributária, também entraram na pauta o novo marco ferroviário, a nova lei do gás, do licenciamento ambiental, para dar mais segurança jurídica e celeridade aos investimentos no Brasil, e a nova lei do setor elétrico. Enquanto no Brasil o valor por milhão de BTU custa aproximadamente US\$ 12, na Argentina, o preço é gira entorno de US\$ 4.

Portal da Indústria

Soma de salários pagos pela indústria cai 5,6% em 2020, diz CNI



A soma de salários paga pela indústria encolheu 5,6% em 2020 na comparação com o ano anterior, segundo dados da CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulgados na quinta-feira (4). A variação considera o valor já descontada a inflação.

O rendimento médio real do trabalhador do setor, por sua vez, caiu 3,7% no período.

Considerando apenas o mês de dezembro, a redução dos indicadores fica na faixa dos 5% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de análise econômica da CNI, as quedas observadas em dezembro re-

Doze locais tiveram queda na produção industrial em 2020, diz IBGE

A produção industrial fechou o ano de 2020 com queda em 12 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com dados divulgados ontem (9). Os principais recuos foram registrados no Espírito Santo (-13,9%), Ceará (-6,1%) e São Paulo (-5,7%).

Na média nacional, segundo dados do instituto divulgados na semana passada, a indústria teve queda de 4,5%.

Outros locais que tiveram redução da produção acima da média nacional foram Amazonas (-5,5%), Rio Grande do Sul (-5,4%), Bahia (-5,3%) e Mato Grosso (-5,2%).

Também recuaram no ano passado, porém abaixo da média nacional, os seguintes locais: Santa Catarina (-4,4%), Minas Gerais (-3,2%), Re-

gião Nordeste (-3%), Paraná (-2,6%) e Pará (-0,1%).

Três estados fecharam o ano com resultado positivo: Pernambuco (3,7%), Rio de Janeiro (0,2%) e Goiás (0,1%).

Na comparação de dezembro de 2020 com o mês anterior, houve alta em 11 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Espírito Santo (5,4%) e Ceará (4,7%). Quatro locais tiveram queda, sendo as maiores delas observadas na Bahia (-4%) e no Amazonas (-3,7%).

Na comparação anual, de dezembro do ano passado com dezembro de 2019, 13 dos 15 locais tiveram aumento na produção. Os destaques foram Rio Grande do Sul (19,7%), Paraná (18,9%), Santa Catarina (18,7%) e Minas Gerais (18,4%). Dois locais tiveram queda: Rio de Janeiro (-3,9%) e Goiás (-3,5%).

Victor Abdala/ABR



fletem a antecipação do pagamento do 13º em 2020, realizado nos meses mais críticos da pandemia.

Também contribuiu para o valor menor em dezembro o fato de menos trabalhadores terem tirado férias -quando a empresa paga um terço adicional do salário-, afirma Azevedo.

Outros indicadores, como a quantidade de horas trabalhadas e utilização da capacidade instalada, apresentaram desempenho melhor em dezembro, sinalizando uma recuperação do setor.

“Esses índices mostram tendência de alta desde o período mais crítico da pandemia”, afir-

mou a CNI em relatório.

As vendas reais encerraram 2020 com alta de 0,8% na comparação com 2019. O faturamento real, por sua vez, aumentou 0,8%.

As horas trabalhadas na produção aumentaram pelo oitavo mês consecutivo, com expansão de 2,5% em dezembro. Desde maio, quando o setor sofreu o maior baque da pandemia, o indicador acumula alta de 38%.

Apesar do resultado positivo, na comparação com o acumulado de 2019 a variação é negativa, de -4,1%.

Já o emprego cresceu 0,2% no último mês do ano, quinto mês consecutivo com números positivos.

Folhapress

Fusões & Aquisições

Raízen adquire Biosev e amplia domínio em açúcar e etanol



A Raízen, líder mundial em açúcar e etanol de cana-de-açúcar, assinou nesta segunda-feira (8) acordo para comprar a Biosev, uma das maiores empresas do setor, em uma transação que envolverá pagamento de 3,6 bilhões de reais e ações, informaram as empresas.

Com a integração, a Raízen, uma joint venture da Cosan e da Shell, passará a contar com um total de 35 unidades produtoras, totalizando uma capacidade instalada de moagem de 105 milhões de toneladas de cana e cerca de 1,3 milhão de hectares de cultivos, o equivalente a 15% da área plantada brasileira.

Pelo acordo, Cosan e a Shell deverão ficar com fa-

tias de 48,25% da Raízen, enquanto os acionistas da Biosev, subsidiária da Louis Dreyfus, com os 3,5% restantes. Mas há possibilidade de essa fatia minoritária ser comprada pela Raízen no futuro, de acordo com algumas questões contratuais.

Segundo a Raízen, o negócio envolve nove unidades da Biosev, com capacidade total de moagem de 32 milhões de toneladas de cana, localizadas em São Paulo (seis), Mato Grosso do Sul (duas) e Minas Gerais (uma), que virão sem qualquer dívida, além de 280 mil hectares de cana.

Com o acordo, conforme comunicado da Biosev, a Louis Dreyfus tem a chance de equacionar um endividamento financeiro da subsidi-

ária brasileira, que era de 7,7 bilhões de reais (em 31 de janeiro). No passado, essa dívida foi causa de vários prejuízos líquidos.

Ele evitou estimar um valor para a fatia que a Biosev terá na Raízen, acrescentando que a empresa pretende pagar a transação com caixa e emissão de nova dívida.

Para se ter uma ideia dos volumes da Raízen ao incorporar a Biosev, a produção de açúcar das duas empresas combinadas em 2019/20 somou quase 5 milhões de toneladas, enquanto a de etanol atingiu mais de 3,8 bilhões de litros. No caso do adoçante, isso representa 19% do total produzido pelo centro-sul, e mais de 11% por cento do biocombustível. G1

Locaweb completa um ano na Bolsa com alta de 600% e desafio de integrar seis aquisições



É uma daquelas trajetórias difíceis de serem previstas até mesmo com o mais sofisticado dos algoritmos. Um ano após sua estreia na Bolsa, as ações da empresa de tecnologia Locaweb (LWSA3) acumulam uma alta de quase 600%. Negociada a nada menos do que 25 vezes sua receita projetada para 2021, a companhia se prepara para uma nova oferta de papéis — e novas aquisições — enquanto integra as seis compras feitas em um ano.

Parte da explicação para tamanha alta das ações está no fato de a pandemia ter acelerado a digitalização de pequenas e médias empresas — im-

Kraft Heinz negocia acordo de venda da marca Planters por cerca de US\$ 3 bi

A Kraft Heinz está se aproximando da conclusão de um acordo para vender o seu negócio de snacks, Planters, para a empresa Hormel Foods Corp, dona da manteiga de amendoim Skippy. A marca teria sido avaliada em cerca de US\$ 3 bilhões e o acordo deve ser divulgado na próxima semana, conforme fontes familiarizadas com a negociação.

A Kraft Heinz vem se desfazendo de algumas marcas como forma de se adequar às mudanças nos hábitos de consumo, protagonizadas pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Em maio do ano passado, as vendas de alimentos básicos dispararam nos supermercados. Entretanto, à medida que essa demanda di-

minuiu, as empresas voltaram a reorganizar seus portfólios. Em setembro, executivos da companhia afirmaram que a venda de suas marcas é uma estratégia que ajudará a empresa a simplificar os negócios e se concentrar nas marcas mais promissoras.

Também em setembro, a companhia concordou em vender uma parte do seu negócio de queijos para o Groupe Lactalis SA, da França, por US\$ 3,2 bilhões.

A fabricante de molhos picantes Cholula, por sua vez, teve um acordo de venda para a McCormick & Co. fechado em novembro, enquanto o restante da fabricante de barras de chocolate Hu Master Holdings foi negociada para a Mondelez International em janeiro deste ano.

Estado SP



pulsionando os negócios da Locaweb. Outra parte deve-se ao fato de ela ter justamente seguido à risca um de seus maiores planos do IPO: crescer por meio de aquisições.

“Nós pensamos fusões e aquisições como parte da nossa estratégia de pesquisa e desenvolvimento e não como uma área. Todo o nosso processo estratégico envolve aquisições”, afirma Rafael Chamas Alvez, diretor financeiro da Locaweb, em entrevista ao Do Zero ao Topo — marca de empreendedorismo do InfoMoney.

Desde o IPO, a companhia investiu cerca de 63% do capital destinado para aquisições (R\$ 544,7 mi-

lhões). A última compra, da curitibana ConnectPlug, foi anunciada no fim de janeiro. Embora anúncios de aquisição animem o mercado, eles representam apenas o início dos desafios que uma empresa costuma enfrentar em uma aquisição. A integração de funcionários, produtos e sistema da companhia adquirida costuma ser a parte mais delicada da operação.

Na Locaweb, o modelo de aquisição e integração de empresas foi criado e refinado desde a sua primeira empreitada, a da plataforma de e-commerce Tray, em 2012. No setor de tecnologia, seu modelo é tido como um caso de sucesso. Infomoney

Publicidade Legal

Travelx Banco de Câmbio S.A.

CNPJ nº 11.703.662/0001-44 – NIRE 35.300.377.435

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/08/2020

Data: 31/08/2020, às 12:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 5º andar. **Conjuntos 51 e 52, Edifício Berrini One, Cidade Monções, São Paulo-SP. Presença:** Representantes da única acionista. **Mesa:** Presidente: Ana Cristina Ramos Tena; Secretário: César de Souza Garcia. **Ordem do Dia:** 1. Ratificar sobre o pedido de renúncia apresentado por membro do Conselho de Administração em 07/08/2020; 2. Deliberar sobre o remanejamento de cargo do membro do Conselho de Administração; 3. Eleição do membro do Conselho de Administração, com a fixação de seus honorários e mandato; e 4. Ratificar a composição do Conselho de Administração. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações: 1. Consignar que a acionista tomou conhecimento da renúncia em 06.08.2020, ao respectivo cargo de Presidente do Conselho de Administração, apresentado pelo Sr. **Anthony Francis D'Souza**, conforme termo de renúncia recebido pela Companhia em 07.08.2020. 1.1. Consignar que a Companhia e o administrador que renunciou outorgaram-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pelo membro do Conselho de Administração que renunciou, exceto em caso de fraude ou crime. 2. Tendo em vista a renúncia, nesta data, do Sr. **Anthony Francis D'Souza**, remanejar para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração** o Sr. **James Edward Sullivan Birch**, portador do Passaporte britânico nº 511394720, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023. 3. Eleger para o cargo de membro do Conselho de Administração: **Daryl Peter Thomas Norman**, portador do Passaporte britânico nº GBR556829952. O conselheiro eleito renuncia ao direito de recebimento de honorários, tendo em vista que o mesmo já é remunerado pelos cargos de administração que exerce em outras empresas do Grupo. 3.2. O mandato do conselheiro ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023. 3.3. O conselheiro eleito declarou, sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis, as quais se encontram arquivadas na sede da sociedade. 4. Em consequência das deliberações acima, o Conselho de Administração passará a ser composto, com o mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2023: a) **Presidente: James Edward Sullivan Birch;** b) **Membro: Ana Cristina Ramos Tena;** e c) **Membro: Daryl Peter Thomas Norman.** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/08/2020. Assinaturas: **Acionista:** Travelx do Brasil Holding Financeira Ltda., representada por seus diretores Ana Cristina Ramos Tena e César de Souza Garcia. Presidente: Ana Cristina Ramos Tena. Secretário: César de Souza Garcia. JUCESP – Registrado sob o nº 532.506/20-0 em 15/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Estrela Energia S.A. – Em Liquidação

CNPJ/MF nº 10.172.915/0001-38 – NIRE 35.300.392.671

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada na dia 30/12/2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Olímpíadas, nº 205, conjuntos 142/143, sala 03, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente e Ricardo Penachio Barros de Sá – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) a prestação de contas da Companhia, datada de 28/12/2020, bem assim as operações praticadas pelo Liquidante no período de liquidação; (b) o encerramento da liquidação da Companhia; (c) a extinção da Companhia; (e) a autorização aos Diretores e ao Liquidante da Companhia para praticarem todos os atos necessários e celebrar quaisquer documentos para a efetivação da extinção da Companhia; e (f) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e pelo Liquidante da Companhia relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações com poder de voto da Companhia, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram a lavratura desta ata na forma em sumário no termo do § 1º, do Artigo 130 da Lei das S.A.; bem como: **5.1.** Tendo em vista que a Companhia, nesta data, não possui obrigações de qualquer natureza, que não há passivos a liquidar e que não há ativos a serem distribuídos, aprovar o encerramento da liquidação da Companhia, nos termos do Artigo 208 da Lei das S.A.; **5.1.1.** O Liquidante arrecadou os bens, livros e documentos da Companhia e apresentou o inventário e o balanço geral do ativo e passivo da Companhia, levantados com base no balanço patrimonial da Companhia levantados nesta data, o qual encontra-se anexo à presente ata como Anexo I; **5.2.** O Liquidante, neste ato, apresentou o relatório de liquidação da Companhia e suas contas finais, as quais foram aprovadas integralmente e sem quaisquer ressalvas, dando-se por encerrada a liquidação da Companhia; **5.2.1.** Quaisquer eventuais passivos supervenientes, incluindo eventuais processos judiciais, serão de responsabilidade única e exclusiva da acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.; **5.2.2.** Os documentos e livros sociais permanecerão em poder do Liquidante, o qual será responsável pela custódia, boa guarda e conservação destes durante o período legal necessário, contado a partir da data da assinatura da presente ata, conforme previsto na legislação aplicável; **5.3.** Aprovar a extinção da Companhia, nos termos do Artigo 219, inciso I, da Lei das S.A.; **5.3.1.** Os acionistas da Companhia e a Companhia dão entre si plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros, seja a que título for, declarando, ainda, extinta a Companhia, para todos os efeitos, com o arquivamento da ata desta assembleia perante a JUCESP; **5.3.2.** O Liquidante deverá promover a publicação e o registro deste ato e baixar todas as inscrições e cadastros da Companhia, ficando autorizado a praticar todos os demais atos e assinar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários para a liquidação e extinção da Companhia, podendo, inclusive, praticar todos os atos que se façam necessários para transferir os ativos remanescentes aos acionistas, nos termos, do item 5.1 acima; **5.4.** Autorizar os Diretores e o Liquidante da Companhia a praticarem todos os atos necessários e celebrar quaisquer documentos para a efetivação das deliberações acima; **5.5.** Ratificar todos já praticados pela Diretoria e pelo Liquidante da Companhia relacionados às deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual, após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente e Ricardo Penachio Barros de Sá – Secretário. **Acionistas Presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos, por Carlo Alberto Bottarelli e Mercúrio Participações e Investimentos S.A., por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. **Liquidante Presente:** Marcos Paulo Fernandes Pereira. Certificado e dou fé que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio assinada por todos e arquivada na sede da Companhia. São Paulo, 30/12/2020. Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 69.732/21-8 em 04/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada na dia 08/12/2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado, no DOE-SP, na página 14 da edição do dia 27/11/2020, página 20 da edição do dia 28/11/2020 e página 15 da edição do dia 01/12/2020, bem como no jornal "Data Mercantil", na página 07 da edição do dia 27/11/2020, página 07 da edição dos dias 28 e 30/11/2020 e página 06 da edição do dia 01/12/2020. **3. Presença:** Acionistas representando 99,27% do capital social votante com direito de voto. **4. Mesa:** Helio de Athayde Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. **5. Ordem do Dia:** **5.1.** Em AGE: Deliberar sobre: **(i)** inclusão do CNAE de Carga e Descarga na filial Rod BR 116, s/n, Km 246, Cidade Alta, Lages-SC, NIRE 42901255208, CNPJ/MF nº 58.317.751/0016-00, com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); e (b) Carga e Descarga (52.12-5-00); **(ii)** formalizar a atividade de Armazéns gerais (52.11-7-01) da filial Via Santos Dumont, nº 999, Vicente de Carvalho, Guarujá-SP, NIRE 35.900.965.494, CNPJ/MF nº 58.317.751/0002-05 como atividade principal, mantendo-se as demais atividades como secundárias; **(iii)** a ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e **(iv)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. **6. Deliberações:** Os acionistas presentes, aprovaram, por unanimidade de votos: **6.1.** Aprovar a inclusão do CNAE 5212-5-00 – Carga e Descarga, na filial Rod BR 116, s/n, Km 246, Cidade Alta, Lages-SC, NIRE 42901255208, CNPJ/MF nº 58.317.751/0016-00 e, consequentemente, no objeto social da Companhia; **6.2.** Aprovar a formalização da atividade de Armazéns gerais (52.11-7-01) da filial Via Santos Dumont, nº 999, Vicente de Carvalho, Guarujá-SP, NIRE 35.900.965.494, CNPJ/MF nº 58.317.751/0002-05 como atividade principal, mantendo-se as demais atividades como secundárias; **6.3.** Em decorrência das deliberações supracitadas, aprovar a alteração do Artigo 2º, § Único, (iv) e (xiii) e do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "(iv) Filial: Via Santos Dumont, nº 999, Vicente de Carvalho, Guarujá-SP, NIRE 35.900.965.494, CNPJ/MF nº 58.317.751/0002-05, com atividades de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Atividades do operador portuário (52-31-1-02); e (c) Comércio atacadista de energia elétrica (35.13-1-00);" "(xiii) Filial: Rod BR 116, s/n, Km 246, Cidade Alta, Lages-SC, NIRE 42901255208, CNPJ/MF nº 58.317.751/0016-00, com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); e (b) Carga e Descarga (52.12-5-00);" "**Artigo 3º – A Companhia tem por objeto: (a) exercer as atividades de operações de terminais marítimos e fluviais, de uso público ou privado, envolvendo o armazenamento no parque portuário de mercadorias provenientes ou destinadas às embarcações, operação e gestão de equipamentos destinados a carga e descarga e a carga e descarga de embarcações (52.31-1-02); (b) exercer as atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto, sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros, inclusive agropecuários (52.11-7-01); (c) exercer as atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), exceto armazéns gerais e guarda móveis, por conta de terceiros (52.11-7-99); (d) exercer a atividade de comércio atacadista de energia elétrica, inclusive importação e exportação, as atividades de corretores ou agentes de energia elétrica que intermediam a venda de eletricidade para sistemas de distribuição de eletricidade (35.13-1-00); (e) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (82.19-9-99); (f) exercer o transporte rodoviário de carga em geral, dentro do município (49.30-2-01); (g) exercer o transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional e o transporte intermunicipal, interestadual e internacional de cargas, em contêineres (49.30-2-02); (h) exercer o transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (49.30-2-03); (i) exercer a atividade de locação e leasing operacional de automóveis sem condutor ou motorista (77.11-0-00); (j) exercer a atividade de locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração (77.19-5-99); (k) exercer a atividade de aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de outros tipos de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, sem operador (77.39-0-99); (l) atividades de fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, fabricação de peças e acessórios para geradores de corrente contínua e alternada, instalação, reparação e manutenção de geradores de corrente contínua e alternada (2710-4-01); (m) exercer as atividades de fabricação de transformadores para transmissão e distribuição, inclusive microtransformadores, fabricação de indutores, conversores e semelhantes, fabricação de peças e acessórios para transformadores, indutores, conversores e semelhantes (2710-4-02); (n) exercer as atividades de fabricação de motores e micromotores elétricos, fabricação de motores elétricos de tração para veículos ferroviários, fabricação de peças e acessórios para motores elétricos, instalação, reparação e manutenção de motores elétricos, instalação, reparação e manutenção de transformadores, indutores, conversores e semelhantes, quando executada pela unidade fabricante (2710-4-03); (o) exercer a coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de carga (52.50-8-04); (p) Escolta no transporte rodoviário de cargas (52.29-0-99); (r) Carga e Descarga (5212-5-00);" "**6.4.** Ato contínuo, resolvem os acionistas ratificar todos os atos já praticados até a presente data por Diretores e procuradores da Companhia, com exceção de eventuais atos praticados em desconformidade com a lei e/ou de atos que envolverem a Companhia em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos seus objetivos sociais, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas ou quando destinadas a subsidiárias, de acordo com a regra prevista no Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia. **6.5.** Em razão das deliberações acima, resolvem os acionistas aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 08/12/2020. **Mesa:** Helio de Athayde Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. JUCESP – Certificado o registro sob o nº 533.849/20-2 em 16/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.**

Real Center Securitizadora S.A.

CNPJ/ME em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima

Data, hora e local: 12/11/2020, às 10 horas, na sede social, na Rua Siqueira Campos, nº 699, 4º andar, sala 41, Centro, Presidente Prudente-SP. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social votante. **Mesa:** Presidente: Sr. **Celmir Luiz Norbiato**; Secretário: Sr. **Roberto Carlos Alves Bonilha**. **Deliberações da Ordem do Dia tomadas por unanimidade de votos:** 1) Aprovada a minuta do Estatuto Social. 2) Aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos: **a) Guia Asset Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.695.510/0001-32 e na JUCESP sob o NIRE 35.221.058.876, representada pelos seus sócios administradores: Sr. **José Henrique Flores Guizardi**, RG nº 17.817.876-7 SSP/SP e CPF nº 132.801.318-98, e Sr. **Roberto Flores Guizardi**, RG nº 17.817.877-9 SSP/SP e CPF nº 251.192.518-46; **b) Lubiano Participações Societárias Limitada**, CNPJ/MF sob o nº 29.010.078/0001-79, JUCESP sob o NIRE 35.230.787.401, representada pelo seu sócio administrador: Sr. **David José da Rocha Dattolo**, RG nº 44.118.075-9 SSP/SP e CPF nº 312.316.978-22; **c) V.G.R. Participações Societárias Limitada**, CNPJ/MF sob o nº 28.835.632/0001-94, JUCESP sob o NIRE 35.230.743.268, representada pelo seu sócio administrador: Sr. **Claudio Giuliano Chimatti**, RG nº 30.037.158-5 SSP/SP e CPF nº 215.602.658-09; **d) Celmir Luiz Norbiato**, RG nº 13.258.261-SSP/SP e CPF nº 045.978.178-24; **e) Roberto Carlos Alves Bonilha**, RG nº 15.331.918-5-SSP-SP e CPF nº 063.357.098-21; **f) Jefferson dos Santos Prates**, RG nº 20.374.603-X-SSP/SP e CPF nº 069.798.428-11; **g) Rosângela Aparecida Diniz**, RG nº 8.811.055-2-SSP-SP e CPF nº 774.338.318-00. **3) Ações** subscritas: 100.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Percentual de integralização das Ações: 100%; distribuição por subscritor: **Guia Asset Participações Ltda.**: 23%; **Lubiano Participações Societárias Limitada**: 23%; **V.G.R. Participações Societárias Limitada**: 10%; **Celmir Luiz Norbiato**: 22%; **Roberto Carlos Alves Bonilha**: 15%; **Jefferson dos Santos Prates**: 4%; **Rosângela Aparecida Diniz**: 3%. **4) Aprovada a eleição dos Srs. Celmir Luiz Norbiato**, já qualificado, como Diretor Presidente, **Roberto Carlos Alves Bonilha**, já qualificado, como Diretor de Relações com Investidores e **Jefferson dos Santos Prates**, já qualificado, como Diretor Comercial, todos com mandato de até 03 anos, facultado a reeleição. **4 (I.1)** Aprovada a remuneração global anual mínima R\$ 36.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia. **4 (I.2)** Os membros da Diretoria ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram nomeados, afirmando, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, por condenação criminal, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos e tomam posse em seus respectivos cargos mediante assinatura no Termo de Posse. **5)** As publicações dos atos da Companhia serão realizadas no "DOESP" e no periódico de grande circulação na cidade de Presidente Prudente. **6)** Aprovado o endereço da sede social, na Rua Siqueira Campos, nº 699, 4º andar, sala 41, Centro, Presidente Prudente-SP. **7)** Foi declarado que o capital social é de R\$ 100.000,00 e encontra-se integralmente subscrito. O valor de R\$ 10.000,00 foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, a qual vai ao final assinada por mim, Secretário, e pelo Presidente da Mesa. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.563.450 em 21/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2021

1. Data, Local e Hora: Aos 05/01/2021, às 09 horas, na sede social da BRVias Holding TBR S.A., localizada na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala "W", Vila Olímpia, ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Assumi a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu a Sr. José Garcia Neto para secretária-ia. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a reeleição dos membros efetivos do Conselho de Administração; e (ii) Deliberar a reeleição do Presidente do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da Lei das Sociedades por Ações e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, por unanimidade e sem ressalvas, a Acionista presente deliberou o quanto segue: **5.1.** Em relação ao item (i) da Ordem do Dia, reeleger os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, Sr. **João Vllar Garcia**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.030.478 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 796.994.728-04; Sr. **Carlo Alberto Bottarelli**, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros RNE nº W031334-P, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.211.779-68; e Sr. **Roberto Solheid da Costa de Carvalho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.331.990-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.437.819-50, todos com endereço profissional na Rua Olímpíadas, nº 205, conjunto 142/143, Vila Olímpia, São Paulo-SP. O mandato unificado do atual Conselho de Administração eleito será de 02 anos, com início em 05/01/2021 e término na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022. **5.1.1.** Os membros efetivos do Conselho de Administração ora eleitos, tomam posse de seus cargos, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, declarando, nos termos e para fins do § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **5.2.** Em relação ao item (ii) da Ordem do Dia, reeleger como Presidente do Conselho de Administração, o membro ora eleito, Sr. **Carlo Alberto Bottarelli**, que exercerá a função durante o mandato unificado do atual Conselho Administração. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos para a lavratura e leitura desta ata que, achada e conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por todos os acionistas presentes, por mim, José Garcia Neto, Secretário, e pelo Sr. Presidente que, após a aprovação da ata, declarou encerrados os trabalhos. São Paulo, 05/01/2021. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; e Sr. José Garcia Neto – Secretário. **Acionista Presente:** Doble Participações Ltda. (por Carlo Alberto Bottarelli – Diretor). **Confere com a original lavrada em livro próprio.** JUCESP – Registrado sob o nº 68.964/21-3 em 03/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

SCA Trading S/A

CNPJ 07.236.486/0001-00 – NIRE 35.300.321.201

Extrato Ata Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/11/2020

Data, Hora e Local: 23/11/2020, às 14 horas, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Martinho Seiti Ono – Presidente, Alessandro Jesus da Silva – Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações por Unanimidade:** **1)** Aprovadas as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019 e atos correlatos, adotando assim ratificados os atos pela Diretoria no período; **2)** Outros assuntos de interesse social. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Martinho Seiti Ono – Presidente e Alessandro Jesus da Silva – Secretário. **Acionista presente:** Sociedade Corretora de Alcool Ltda. Acionista. Martinho Seiti Ono – Diretor Superintendente e Sílvia Cristina de Oliveira – Diretora Administrativa. São Paulo, 23 de novembro de 2020. O presente foi extraído do original registrado na Jucesp sob o nº 503.733/20-9 em 01/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Confidence Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ/ME nº 04.913.129/0001-41 – NIRE 35.300.199.979

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2020

Data: 31/08/2020, às 11:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 5º andar, Conjuntos 51 e 52, Edifício Berrini One – Cidade Monções, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da única acionista. A Assembleia foi instaurada de forma semipresencial, via videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19). **Mesa:** Presidente: Ana Cristina Ramos Tena; Secretário: César de Souza Garcia. **Ordem do Dia:** 1. Ratificar o pedido de renúncia apresentado por membro do Conselho de Administração em 07/08/2020; 2. Deliberar sobre o remanejamento de cargo do membro do Conselho de Administração; 3. Eleição do membro do Conselho de Administração, com a fixação de seus honorários e mandato; e 4. Ratificar a composição do Conselho de Administração. **Considerações Preliminares:** De acordo com a Lei 14.030, editada pelo Governo Federal em 28/07/2020, por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, a Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira "digital" e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através da plataforma docuSign. **Deliberações:** Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações: 1. Consignar que a acionista tomou conhecimento da renúncia em 06.08.2020, ao respectivo cargo de Presidente do Conselho de Administração, apresentado pelo Sr. **Anthony Francis D'Souza**, conforme termo de renúncia recebido pela Companhia em 07.08.2020. 1.1. Consignar que a Companhia e o administrador que renunciou outorgaram-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pelo membro do Conselho de Administração que renunciou, exceto em caso de fraude ou crime. 2. Tendo em vista a renúncia, nesta data, do Sr. **Anthony Francis D'Souza**, remanejar para o cargo de Presidente do Conselho de Administração o Sr. **James Edward Sullivan Birch**, portador do Passaporte britânico nº 511394720, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023. 3. Eleger para o cargo de membro do Conselho de Administração: **Daryl Peter Thomas Norman**, portador do Passaporte britânico nº GBR556829952. 3.1. O conselheiro eleito renuncia ao direito de recebimento de honorários, tendo em vista que o mesmo já é remunerado pelos cargos de administração que exerce em outras empresas do Grupo. 3.2. O mandato do conselheiro ora eleito se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023. 3.3. O conselheiro eleito apresentou a declaração de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, a qual se encontra arquivada na sede da sociedade. 4. Em consequência das deliberações acima, o Conselho de Administração passará a ser composto, com o mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2023: a) **Presidente: James Edward Sullivan Birch;** b) **Membro: Ana Cristina Ramos Tena;** e c) **Membro: Daryl Peter Thomas Norman.** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 31/08/2020. **Presença:** Acionista: **Travelx do Brasil Holding Financeira Ltda.**, neste ato representada por seus diretores Ana Cristina Ramos Tena e César de Souza Garcia. **Assinaturas:** Presidente: Ana Cristina Ramos Tena; Secretário: César de Souza Garcia. JUCESP – Registrado sob o nº 530.354/20-2 em 10/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

CVM condena Gradual Corretora por irregularidade na gestão de liquidez de fundo

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou a Gradual Corretora por infrações relacionadas à administração de fundos de investimento, dentre os quais o Leme Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (Leme FIC). A empresa, que teve sua falência decretada em 2019, recebeu multas no valor de R\$ 250 mil, além de pena de advertência. A Gradual foi condenada por ter descumprido o seu dever de adotar políticas, práticas e controles internos necessários para a gestão de liquidez da carteira do Leme FIC.

Também foi multada por não ter mantido uma lista atualizada de prestadores de serviços contratados e pelo envio de informes diários incorretos. A diretora responsável pela atividade de administração de carteiras de valores mobiliários da corretora, Fernanda de Freitas, recebeu pena de proibição temporária para atuar no mercado pelo prazo de um ano, além de advertência e multa no valor de R\$ 25 mil. Assim como a Gradual, ela foi absolvida da acusação de falha no dever de lealdade para com os cotistas do fundo de investimento. Ainda cabe recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), o Conselhinho. IstoéDinheiro

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Negócios

Bebidas naturais e com baixo teor alcoólico crescem como alternativa à cerveja no Brasil



A cerveja é uma das bebidas preferidas do brasileiro. Mas com o consumidor cada vez mais preocupado com bem-estar, produtos considerados “mais saudáveis” e com baixo ou zero teor alcoólico entram na lista de alternativas à bebida derivada do malte em bares e pequenos encontros em casa: entre eles as hard seltzers, a kombucha e o kefir.

Na moda entre os norte-americanos, as hard seltzers são uma bebida cuja composição principal é água gaseificada com sabor e álcool. Por conta dos ingredientes, elas têm baixa concentração de calorias e possuem entre 3% e 5% de álcool.

Em 2018, a consultoria de dados apontou que havia

apenas dez marcas da bebida disponíveis nas prateleiras de supermercados norte-americanos. No ano passado, esse número subiu para 65.

Por ser nova no país, ainda não há dados sobre o mercado de hard seltzers brasileiro. Por aqui, o fenômeno desses ‘refrigerantes alcoólicos’ chegou a São Paulo e ao Rio de Janeiro pela Coca-Cola no final do ano passado, com a marca mexicana Topo Chico.

Disponíveis nos sabores Morango-Goiaba, Lima-Limão e Abacaxi, o produto tem foco principalmente nos chamados millenials — público entre 21 e 35 anos — e nos consumidores que priorizam bebidas leves feitas com ingredientes naturais.

Esse perfil, inclusive, parece ser o da própria Co-

ca-Cola. A gigante de bebidas raramente se aventura no mercado de bebidas alcoólicas no mundo e, tampouco, produz cervejas no Brasil.

Segundo Renato Shiratsu, diretor de integrated brand experience e premium drinks da Coca-Cola Brasil, a empresa não deve produzir cerveja por aqui “porque não faz sentido dentro da demanda dos consumidores”.

Em seu relatório global de 2019, a consultoria internacional WGSN apontou que, naquele ano, 52% dos consumidores norte-americanos estavam reduzindo o consumo de bebidas alcoólicas. Por este motivo, grandes marcas estavam criando produtos com baixo ou zero teor alcoólico.

Grandes varejistas preparam ofensiva no Cade contra o Mercado Livre

Grandes varejistas, com atuação firme no e-commerce, estão planejando uma ação contra o Mercado Livre no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As empresas querem que o Mercado Livre exija nota fiscal de todos os produtos comercializados em seu marketplace no Brasil. A tese é de que os vendedores que não emitem nota fiscal deixam uma fatia da venda para o marketplace argentino até três vezes maior do que aqueles que emitem o documento. Isso cria, na visão desses empresários, um subsídio que permite que o Mercado Livre cobre menos

do que seus competidores daqueles vendedores que estão formalizados. Assim, eles entendem que há prática de concorrência desleal.

A ofensiva deverá partir por meio do Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), cujo ex-presidente, Flávio Rocha, dono da Riachuelo, não se fazia de rogado ao chamar o Mercado Livre de “camelódromo virtual”. Segundo Marcelo Silva, o atual presidente, “o IDV tem como premissa o varejo formal e levará para análise de seu Conselho pedidos de seus associados que defendam o tema”.

Veja



BB confirma adesão de 5.533 funcionários ao programa de desligamento voluntário



O Banco do Brasil (BB) informou nesta segunda-feira ao mercado que foram validadas as demissões de 5.533 funcionários que aderiram aos programas de desligamento incentivado da empresa.

Os impactos financeiros da saída voluntária desses profissionais serão informados nas apresentações de resultado do banco do quarto trimestre de 2020.

De acordo com a instituição, as adesões ficaram próximas do que havia sido

estimado pelo banco. Os programas fazem parte do conjunto de medidas anunciadas pelo BB no dia 11 de janeiro para “aumentar a eficiência nas atividades da empresa, garantindo a sustentabilidade dos negócios”.

Do total de funcionários que aderiram ao PDE, 74% se desligaram para aposentadoria. Outros 5% podem se aposentar em até 3 anos.

“Ressaltamos ainda que o Banco do Brasil incluiu nas verbas rescisórias o valor referente ao pagamento das contribuições patronais para Cas-

si e Previ pelo período de até 3 anos”, informou a instituição.

No fim do mês passado, funcionários do BB realizaram manifestações e fecharam agências em todo o país. No Estado do Rio, foram 18 unidades fechadas, além de outras funcionando em esquema de contingenciamento e sem atendimento nos caixas.

Na ocasião, a categoria disse ser contra a reestruturação anunciada pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil, que prevê o fechamento de 361 unidades e dos planos de demissão voluntária.